

Índice

<i>Parte I - Apresentação. Linhas de Orientação</i>	3
1. Nota Introdutória	3
<i>Parte IV - Análise Orçamental, Económica e Financeira</i>	4
1. Análise Orçamental	4
1.1. Execução Orçamental	4
1.2. Receita	6
• Evolução da Receita	6
• Receita Corrente	7
• Receita de Capital	10
• Rácios da Estrutura da Receita	12
1.3. Despesa	13
• Evolução da Despesa	13
• Despesa Corrente	17
• Despesa de Capital	18
• Rácios da Estrutura da Despesa	20
2. Análise das Grandes Opções do Plano – GOP	22
• Execução das GOP	22
3. Análise Patrimonial	23
3.1. Componente Económica	23
• Custos	23
• Proveitos	24
• Resultados	25
• Evolução da Demonstração de Resultados	26
3.2. Componente Financeira	28
• Ativo	28
• Fundos Próprios	28
• Passivo	29
• Indicadores e Rácios Patrimoniais	30
4. Endividamento	32
• Endividamento de curto prazo	32
• Endividamento de Médio e longo prazo	33
• Endividamento global	33
• Rácios de Endividamento	34

• Limites de Endividamento.....	35
• Prazo Médio de Pagamento	36
1. Fundo Social Municipal	37
2. Evolução da Dívida de Terceiros	38
<i>Parte V - Conclusão</i>	39
1. Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	39
2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	39
2.1. Regulamento dos Serviços da Câmara Municipal de Sines e respetivo Organograma.....	39
2.2. Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	39
2.3. Sistema de Faturação e Comunicação à Autoridade Tributária.....	40
2.4. Contrato de Empréstimo de Curto Prazo 2013	40

Parte I - Apresentação. Linhas de Orientação

1. Nota Introdutória

Em sede de prestação de contas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, define os documentos essencialmente de natureza orçamental e financeira a apresentar e a submeter à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, igualmente ao julgamento do Tribunal de Contas, designadamente, o balanço, a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental.

Em conformidade com o Ponto 13 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e para cumprimento do disposto no artigo 3º da Lei n.º 2/2007, de 15 Janeiro (Lei das Finanças Locais), o órgão executivo deve ainda apresentar ao órgão Deliberativo Municipal um relatório de gestão que evidencie a situação económica, orçamental e financeira do Município de Sines, bem como salientar as atividades/investimentos mais relevantes desenvolvidas ao longo de cada exercício.

Face ao exposto, e no cumprimento da Lei, o presente documento constitui o Relatório de Gestão do exercício de 2012. Este é um documento que evidencia a situação económica, orçamental e financeira relativa ao exercício económico, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pelo Município de Sines e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados.

Por último, de salientar que na organização e documentação da prestação de contas em apreço foram ainda tidas em devida conta, além do citado POCAL, as disposições da Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, bem como a Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção, de 12 de Julho, do Tribunal de Contas (vide o Diário da República, 2.ª Série, n.º 191), que aprovou as “Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais” e os respetivos anexos (I a VIII).

No relatório de gestão, pretende-se dar a conhecer de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município de Sines no ano de 2012 e qual a sua evolução ao longo dos últimos anos, que resulta das políticas e opções do executivo.

Parte IV - Análise Orçamental, Económica e Financeira

1. Análise Orçamental

A execução do Orçamento, permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o exercício económico de 2012, em termos globais e por tipologia de rubrica orçamental.

1.1. Execução Orçamental¹

Quadro I – Execução Orçamental

Designação		Orçamento (Previsões corrigidas)	Execução 31.12.2012	Nível de Execução	Desvio Orçamental
Receitas	Correntes	24.296.182,06	16.028.668,22	65,97%	-34,03%
	Capital	32.178.970,00	12.208.018,04	37,94%	-62,06%
	Outras	10,00	60.982,94	609829,40%	609729,40%
Total de Receitas		56.475.162,06	28.297.669,20	50,11%	-49,89%
Despesas	Correntes	24.296.182,06	15.250.594,00	62,77%	-37,23%
	Capital	32.178.980,00	11.760.503,01	36,55%	-63,45%
Total de Despesas		56.475.162,06	27.011.097,01	47,83%	-52,17%

Analisando a execução orçamental do exercício de 2012 verifica-se que a receita total ascendeu ao montante de € 28.297.669,20, sendo a despesa total de € 27.011.097,01. A execução global da receita foi de 50,11% e a execução global da despesa de 47,83%.

Ao nível da receita verifica-se que a execução do orçamento corrente é mais significativa que a execução do orçamento de capital, sendo o nível de execução da receita corrente de 65,97% e o nível de execução da receita de capital de 37,94%.

Relativamente à despesa constata-se que o nível de execução da despesa corrente foi de 62,77% e o nível de execução da despesa de capital de 36,55%.

Relativamente às Outras Receitas estas respeitam a reposições não abatidas nos pagamentos – (entradas de fundos em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou parte, pelas entidades que os receberam. Neste capítulo económico registam-se as devoluções que têm lugar depois de encerrado o ano financeiro em que ocorreu o pagamento). O valor arrecadado em 2012 respeita a um estorno relativo à anulação de apólices da Companhia Açoreana Seguros, à data de 31.08.2011;

¹ A análise à execução orçamental apresentada nesta sede, relativamente ao ano de 2012, tem por base os mapas relativos ao “Controlo Orçamental – Receita” ponto de ordem n.º 10 e “Controlo Orçamental – Despesa” ponto de ordem n.º 9, apresentados no Volume II da Prestação de Contas

Relativamente aos saldos orçamentais a 31 de Dezembro verifica-se:

- um saldo corrente positivo no valor de € 778.074,22, o que significa que o total arrecadado de receitas correntes foi superior ao valor pago;
- um saldo de capital positivo no montante de € 447.515,03, tendo as receitas arrecadadas (€ 12.208.018,04) sido inferiores às despesas realizadas (€ 11.760.503,01).

Em termos globais, ou seja analisando o total das receitas cobradas e o total das despesas pagas, apuramos um saldo de gerência de 2012 no valor de € 1.286.572,19.

Considerando também o saldo da gerência de 2011 no valor de € 56.668,05 no final do exercício económico o saldo global foi positivo de € 1.343.240,24.

Quadro II – Saldos Orçamentais

Saldos Orçamentais	2012
Receitas Correntes	16.028.668,22
Receitas de Capital	12.208.018,04
Outras Receitas	60.982,94
Despesas Correntes	15.250.594,00
Despesas de Capital	11.760.503,01
Total de Receitas	28.297.669,20
Total de Despesas	27.011.097,01
Saldo Corrente	778.074,22
Saldo de Capital	447.515,03
Saldo da Gerência	1.286.572,19
Saldo da Gerência Anterior	56.668,05
Saldo Global	1.343.240,24

Quadro III – Saldo da Gerência no último triénio

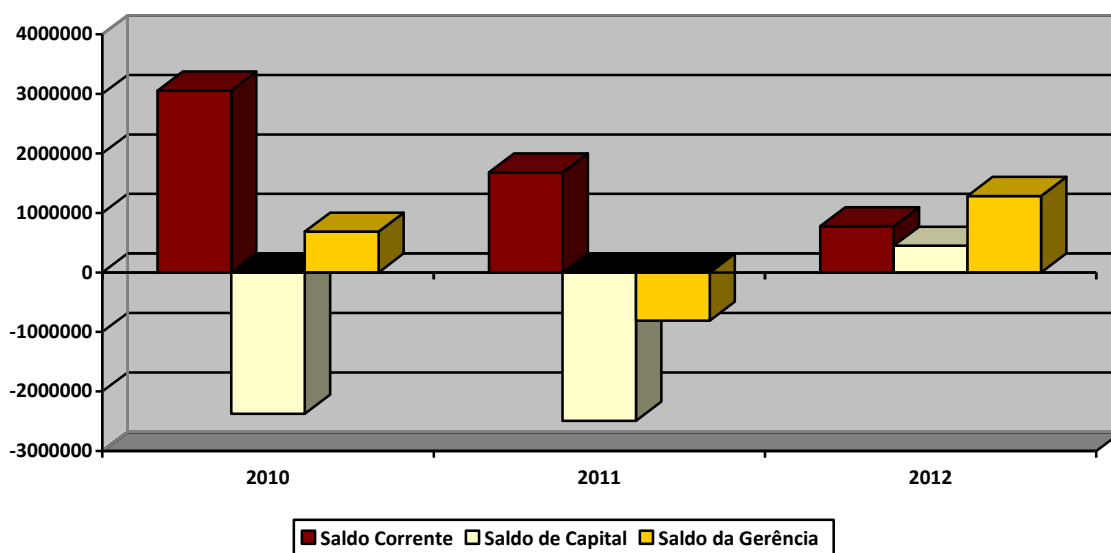
Saldos Orçamentais	2010	2011	2012
Saldo Corrente	3.057.173,68	1.680.015,68	778.074,22
Saldo de Capital	-2.374.025,54	-2.492.313,40	447.515,03
Saldo da Gerência	684.959,10	-811.534,68	1.286.572,19
Saldo da Gerência Anterior	183.243,63	868.202,73	56.668,05
Saldo P/ a Gerência Seguinte	868.202,73	56.668,05	1.343.240,24

Da análise aos saldos orçamentais do último triénio verifica-se que:

- o saldo corrente foi positivo no exercício de 2011 no montante de € 1.680.015,68, apresentando um decréscimo relativamente a 2010, o que resulta de uma redução das receitas correntes no valor de € 3.918.842,28;
- o saldo de capital foi negativo em 2010 e 2011 e foi positivo em 2012.

Em termos gráficos, no último triénio, os saldos orçamentais apresentam-se da seguinte forma:

Gráfico I – Saldo Orçamentais



1.2. Receita

• Evolução da Receita

Numa análise à evolução da receita no último triénio constata-se que em termos globais na gerência de 2012 houve um acréscimo do volume de receita arrecadada no montante de € 5.617.562,78, comparativamente com o ano de 2011, verificando-se uma diminuição das receitas correntes no montante de € 437.948,25 e um aumento das receitas de capital no montante de € 5.995.291,13.

Relativamente ao nível da taxa de execução da receita, o exercício de 2012 (50,11%) apresenta um nível de execução acima do exercício de 2011 (43,31%).

A arrecadação de valores a título de receita corrente foi substancialmente baixa em 2012, ano em que se atingiu um nível de execução de aproximadamente 66% do valor inicialmente previsto.

Relativamente à receita de capital os valores arrecadados tiveram um aumento de 96,50% relativamente ao ano anterior. Ao nível da taxa de execução alcançou-se uma taxa de 37,94% contra 22,50% em 2011.

A evolução da receita arrecadada no último triénio, apresenta-se o quadro seguinte:

Quadro IV – Evolução da Receita

Ano	Natureza	RECEITAS			
		Previsão Inicial	Dotações Corrigidas	Execução	Taxa de Exec. (%)
2010	Corrente	24.480.866,00	24.562.481,70	20.385.458,75	82,99%
	Capital	21.986.681,00	22.348.413,07	3.403.020,09	15,23%
	Outras	10,00	10,00	1.810,96	18109,60%
	Total	46.467.557,00	46.910.904,77	23.790.289,80	50,71%
2011	Corrente	24.645.218,00	24.743.480,11	16.621.498,47	66,55%
	Capital	26.517.751,00	27.617.751,00	6.057.844,91	22,50%
	Outras	10,00	10,00	763,04	7630,40%
	Total	51.162.979,00	52.361.241,11	22.680.106,42	43,31%
2012	Corrente	24.224.800,00	24.296.182,06	16.028.668,22	65,97%
	Capital	31.278.970,00	32.178.970,00	12.208.018,04	37,94%
	Outras	10,00	10,00	60.982,94	609829,40%
	Total	55.503.780,00	56.475.162,06	28.297.669,20	50,11%

- **Receita Corrente**

Numa análise mais detalhada da receita corrente na gerência de 2012 verifica-se que o valor da receita arrecadada atingiu o montante de € 16.028.668,22, tendo a previsão corrigida da receita corrente sido de € 24.296.182,06.

A receita corrente representa cerca de 56,64% da receita total arrecadada e apresenta uma execução global de 66%.

As receitas correntes com maior peso estrutural no valor global da receita corrente são os impostos diretos (19,81%), as transferências correntes (19,93%) e a venda de bens e serviços correntes (10,61%).

De salientar que os impostos diretos representam 34,97% da receita corrente e 19,81% da receita total arrecadada durante a gerência de 2012. No global tiveram uma execução orçamental de 96% atingindo o valor de € 5.605.874,26.

Quanto aos restantes capítulos económicos os que apresentam a taxa de execução orçamental mais relevante são as Taxas, Multas e Outras Penalidades (81%), os Rendimentos de Propriedade (102%), as Transferências Correntes (101%) e a Venda de Bens e Serviços Correntes (80%).

Quadro V – Receita Corrente

Receitas	2012				
	Orçamento Previsional corrigido	Receita Cobrada Bruta	Peso Estrutural (correntes)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução
01. Impostos Diretos	5.813.815,00	5.605.874,26	34,97%	19,81%	96%
IMI	1.911.487,00	1.976.817,99	12,33%	6,99%	103%
IUC	232.115,00	284.253,02	1,77%	1,00%	122%
IMT	1.394.293,00	541.005,83	3,38%	1,91%	39%
Derrama	2.257.337,00	2.803.797,42	17,49%	9,91%	124%
Impostos Abolidos	18.573,00	0,00	0,00%	0,00%	0%
Impostos diretos diversos	10,00	0,00	0,00%	0,00%	0%
02. Impostos Indiretos	3.767.249,00	380.278,60	2,37%	1,34%	10%
04. Taxas, multas O. Penalidades	514.995,00	414.646,26	2,59%	1,47%	81%
05. Rendimentos de Propriedade	526.710,00	537.212,68	3,35%	1,90%	102%
06. Transferências Correntes	5.561.707,06	5.640.799,12	35,19%	19,93%	101%
07. Venda bens e serviços Correntes	3.766.696,00	3.003.730,01	18,74%	10,61%	80%
08. Outras Receitas Correntes	4.345.010,00	446.127,29	2,78%	1,58%	10%
Total de Receitas Correntes	24.296.182,06	16.028.668,22	100,00%	56,64%	66%

Para uma análise mais detalhada dos impostos diretos e da sua evolução apresenta-se o quadro seguinte, onde se pode observar que a gerência de 2012 foi aquela em que a arrecadação de receitas a este título foi menos significativa, atingindo o montante de € 5.605.874,26, portanto, uma variação de 3,75% relativamente ao ano anterior.

Quadro VI – Evolução dos Impostos Diretos

Receitas	2010	2011	2012
	Receita Cobrada Bruta	Receita Cobrada Bruta	Receita Cobrada Bruta
01. Impostos Diretos	7.654.579,36	5.824.053,42	5.605.874,26
IMI	1.939.637,27	1.920.749,13	1.976.817,99
IUC	226.504,38	248.215,42	284.253,02
IMT	1.575.308,43	1.111.802,81	541.005,83
Derrama	3.901.935,78	2.542.597,97	2.803.797,42
Impostos Abolidos	11.193,50	688,09	0,00

Da análise à receita corrente no último triénio, por capítulo económico, verifica-se que as receitas correntes em 2012, representam no ano 56,64% do total da receita arrecadada, e as receitas com maior importância são os impostos diretos, as transferências correntes e a venda de bens e serviços correntes.

Quadro VII – Evolução da Receita Corrente por capítulo económico

	Capítulo Económico	Receita Cobrada Bruta	Peso Estrutural (correntes)	Peso Estrutural (total)
2010	01. Impostos Diretos	7.654.579,36	37,55%	32,18%
	02. Impostos Indiretos	2.950.427,19	14,47%	12,40%
	04. Taxas, multas e O. Penalidades	501.217,72	2,46%	2,11%
	05. Rendimentos de Propriedade	528.896,01	2,59%	2,22%
	06. Transferências Correntes	5.382.385,96	26,40%	22,62%
	07. Venda de Bens e Serviços Correntes	2.909.770,59	14,27%	12,23%
	08. Outras receitas correntes	458.181,92	2,25%	1,93%
	Total receitas correntes 2010	20.385.458,75	100,00%	85,69%

	Capítulo Económico	Receita Cobrada Bruta	Peso Estrutural (correntes)	Peso Estrutural (total)
2011	01. Impostos Diretos	5.824.053,42	35,37%	25,68%
	02. Impostos Indiretos	312.295,02	1,90%	1,38%
	04. Taxas, multas e O. Penalidades	557.045,38	3,38%	2,46%
	05. Rendimentos de Propriedade	522.308,52	3,17%	2,30%
	06. Transferências Correntes	5.257.883,37	31,93%	23,18%
	07. Venda de Bens e Serviços Correntes	3.326.421,71	20,20%	14,67%
	08. Outras receitas correntes	666.537,05	4,05%	2,94%
	Total receitas correntes 2011	16.466.616,47	100,00%	72,60%
2012	01. Impostos Diretos	5.605.874,26	34,97%	19,81%
	02. Impostos Indiretos	380.278,60	2,37%	1,34%
	04. Taxas, multas e O. Penalidades	414.646,26	2,59%	1,47%
	05. Rendimentos de Propriedade	537.212,68	3,35%	1,90%
	06. Transferências Correntes	5.640.799,12	35,19%	19,93%
	07. Venda de Bens e Serviços Correntes	3.003.730,01	18,74%	10,61%
	08. Outras receitas correntes	446.127,29	2,78%	1,58%
	Total receitas correntes 2012	16.028.668,22	100,00%	56,64%

- Receita de Capital**

Na gerência de 2012 a receita de capital alcançou uma execução orçamental de 38% e representou 53,83% da receita total arrecadada.

Relativamente às receitas relativas à venda de bens de investimento o desvio na execução orçamental explica-se pelo facto de em sede de elaboração do orçamento terem sido previstas alienações de imóveis que não foram concretizadas por opção do executivo.

As Transferências de capital na gerência de 2012 apresentam uma taxa de execução de 51%, totalizando o montante de € 8.151.166,36, dos quais € 5.027.571,96 são relativos a receitas arrecadadas a título de participações comunitárias, representando 62% do valor total arrecadado como transferências de capital.

Analisando as receitas de capital, por capítulo económico, verifica-se que são os passivos financeiros que apresentam a maior taxa de execução (78%) face à previsão inicial corrigida, em resultado da utilização de € 700.000,00 do empréstimo de curto prazo.

Quadro VIII – Receita de Capital

Receitas	2012				
	Orçamento Previsional corrigido	Receita Cobrada Bruta	Peso Estrutural (capital)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução
09. Venda de Bens de Investimento	15.134.655,00	3.356.851,68	27,50%	14,80%	22%
10. Transferências de Capital	16.119.295,00	8.151.166,36	66,77%	35,94%	51%
11. Activos Financeiros	25.000,00	0,00	0%	0%	0%
12. Passivos Financeiros	900.000,00	700.000,00	5,73%	3,09%	78%
13. Outras receitas de capital	20,00	0,00	0%	0%	0%
Total de Receitas Capital	32.178.970,00	12.208.018,04	100,00%	53,83%	38%

No que concerne à análise da evolução da receita de capital verifica-se que em 2012 houve um acréscimo de arrecadação de receitas muito significativo relativamente a 2011.

A receita de capital apresenta um peso estrutural de 43,14% contra 26,11% na gerência de 2011, o que se explica pelo acréscimo de receitas arrecadadas a título de transferências de capital, conforme anteriormente exposto.

Quadro IX – Evolução da receita de capital por capítulo económico

	Capítulo Económico	Receita Cobrada Bruta	Peso Estrutural (capital)	Peso Estrutural (total)
2010	09. Venda de bens de Investimento	1.131.990,00	33,26%	4,76%
	10. Transferências de Capital	1.978.803,18	58,15%	8,32%
	11. Ativos Financeiros	0,00	0,00%	0,00%
	12. Passivos Financeiros	292.226,91	8,59%	1,23%
	13. Outras receitas	0,00	0,00%	0,00%
	Total receitas capital 2010	3.403.020,09	100,00%	14,30%
2011	09. Venda de bens de Investimento	437.170,00	12,85%	1,84%
	10. Transferências de Capital	4.855.556,91	142,68%	20,41%
	11. Ativos Financeiros	0,00	0,00%	0,00%
	12. Passivos Financeiros	920.000,00	27,03%	3,87%
	13. Outras receitas	0,00	0,00%	0,00%
	Total receitas capital 2011	6.212.726,91	100,00%	26,11%

	Capítulo Económico	Receita Cobrada Bruta	Peso Estrutural (capital)	Peso Estrutural (total)
2012	09. Venda de bens de Investimento	3.356.851,68	27,50%	11,86%
	10. Transferências de Capital	8.151.166,36	66,77%	28,81%
	11. Ativos Financeiros	0,00	0%	0%
	12. Passivos Financeiros	700.000,00	5,73%	2,47%
	13. Outras receitas	0,00	0%	0%
	Total receitas capital 2012	12.208.018,04	100,00%	43,14%

- **Rácios da Estrutura da Receita**

Quadro X – Rácios de estrutura de receita

Indicadores de Gestão		2010		2011		2012	
1	Receita própria	7.348.493,43	30,89%	5.384.679,68	23,74%	4.781.994,84	16,90%
	Receita total	23.790.289,80		22.680.106,42		28.297.669,20	
2	Receita interna	16.864.382,53	70,89%	15.380.995,89	67,82%	18.833.275,68	66,55%
	Receita total	23.790.289,80		22.680.106,42		28.297.669,20	
3	Impostos directos	7.654.579,36	32,18%	5.824.053,42	25,68%	5.605.874,26	19,81%
	Receita total	23.790.289,80		22.680.106,42		28.297.669,20	
4	Fundos Municipais	3.564.561,00	14,98%	3.882.890,00	17,12%	3.681.425,00	13,01%
	Receita total	23.790.289,80		22.680.106,42		28.297.669,20	
Indicadores de Gestão		2010		2011		2012	
5	Passivos Financeiros	292.226,91	1,23%	920.000,00	4,06%	700.000,00	2,47%
	Receita total	23.790.289,80		22.680.106,42		28.297.669,20	
6	Fundos Comunitários	727.508,78	3,06%	3.734.329,75	16,47%	5.027.571,96	17,77%
	Receita total	23.790.289,80		22.680.106,42		28.297.669,20	
7	Venda bens e serviços correntes	2.909.770,59	12,23%	3.326.421,71	14,67%	3.003.730,01	10,61%
	Receita total	23.790.289,80		22.680.106,42		28.297.669,20	
8	Venda bens de investimento	1.131.990,00	4,76%	437.170,00	1,93%	3.356.851,68	11,86%
	Receita total	23.790.289,80		22.680.106,42		28.297.669,20	

Indicador 1 - A receita própria que consiste no somatório dos impostos Indiretos com as Taxas, Multas e O. Penalidades, com os Rendimentos de Propriedade, com a Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes e com as Outras Receitas Correntes, alcançou o seu valor mais significativo em 2010, ano em representou cerca de 30,89% da receita total. Em 2012 esta receita teve um peso de 16,90% na receita global;

Indicador 2 – A receita interna calcula-se através da seguinte fórmula: Receita total – passivos financeiros – (transferências correntes – transferências de fundos comunitários correntes) – (transferências de capital – transferências de fundos comunitários capital), e em termos absolutos entre os anos de 2011 e 2012 constata-se um acréscimo de € 3.452.279,79 no montante da receita interna. Em termos de indicador (receita interna/receita global) para 2012 este é de 66,55%;

Indicador 3 – No exercício de 2012, os impostos diretos foram menos representativos no cômputo da receita total do que em 2011, representando cerca de 19,81%. Em 2010 esta receita representa cerca de 32,18% do global da receita. Ainda assim, os impostos diretos continuam a assumir grande relevância na estrutura das receitas;

Indicador 4 – Em 2012 os fundos municipais oriundos do Orçamento de Estado² representam 13,01% do total da receita arrecadada.

Indicador 5 – Relativamente às três gerências em análise verifica-se que os passivos financeiros têm um maior peso no valor total da receita no ano de 2011, representando cerca de 4%. Em 2011 representaram apenas 2,47% do total da receita;

Indicador 6 – O ano de 2012 foi aquele em que a receita arrecadada a título de fundos comunitários teve maior peso no total da receita relativamente às duas gerências anteriores, ano em que atingiu 17,77%, sendo em 2010 de apenas 3,06%.

Indicador 7 – Em 2012 a Venda de Bens e Serviços representou cerca de 10,61% da receita total, contra 12,23% e 14,67% nos anos de 2010 e 2011, respetivamente;

Indicador 8 – A Venda de bens de Investimento teve em 2012 uma significativa relevância no total da receita recebida, com um peso de 11,86%.

1.3. Despesa

- **Evolução da Despesa**

As despesas globais na gerência de 2012 totalizaram € 27.011.097,01 sendo € 15.250.594,00 referentes a despesas correntes e € 11.760.503,01 referentes a despesas de capital.

² Conforme Mapa XIX – Transferências para os Municípios, da Lei n.º 64-B/2011, de 31 de Dezembro – Lei do Orçamento de Estado 2012.

Ao nível da execução, o orçamento da despesa apresenta em 2012 uma execução de 47,83%, sendo a execução da despesa corrente mais relevante que a execução da despesa de capital, respetivamente 62,77% e 36,55%.

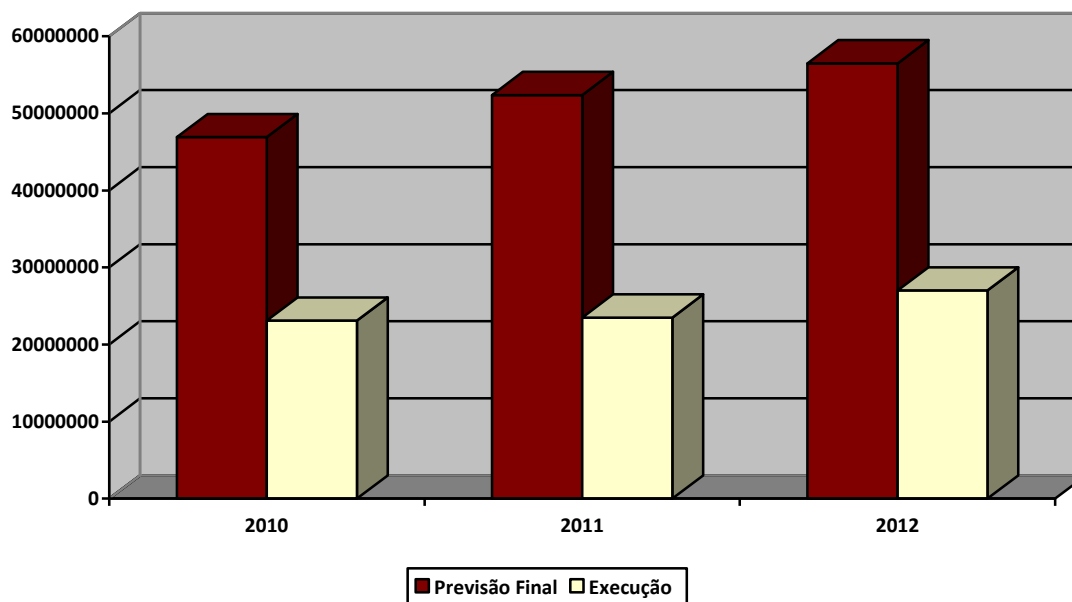
Comparativamente com 2011, o nível global de execução da despesa passou de 44,86% para 47,83%. Verifica-se um acréscimo das despesas correntes, pois estas despesas passaram de € 14.786.600,79 em 2011 para 15.250.594,00 em 2012. As despesas de capital também aumentaram, pois passaram de € 8.705.040,31 em 2011 para € 11.760.503,01 em 2012.

Para melhor se visualizar a evolução da despesa no último triénio, apresenta-se o quadro seguinte:

Quadro XI – Evolução da despesa

Ano	Natureza	Despesas			
		Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Exec. (%)
2010	Corrente	24.480.866,00	24.562.481,70	17.328.285,07	70,55%
	Capital	21.986.691,00	22.348.423,07	5.777.045,63	25,85%
	Total	46.467.557,00	46.910.904,77	23.105.330,70	49,25%
2011	Corrente	24.645.218,00	24.743.480,11	14.786.600,79	59,76%
	Capital	26.517.761,00	27.617.761,00	8.705.040,31	31,52%
	Total	51.162.979,00	52.361.241,11	23.491.641,10	44,86%
2012	Corrente	24.224.800,00	24.296.182,06	15.250.594,00	62,77%
	Capital	31.278.980,00	32.178.980,00	11.760.503,01	36,55%
	Total	55.503.780,00	56.475.162,06	27.011.097,01	47,83%

Gráfico II – Evolução da Despesa no último triénio



Numa análise mais detalhada da evolução da despesa, por capítulo económico, podemos verificar no quadro seguinte que no ano de 2012 a despesa corrente sofreu um acréscimo 3,14%, a despesa de capital um aumento de 35,10%, e em termos globais um aumento de 15%.

Analisando mais detalhadamente as componentes da despesa verificou-se ao nível das despesas correntes:

- Uma redução das despesas com pessoal de 13,98%;
- Um aumento dos pagamentos com a aquisição de bens e serviços de 36,23%, passando de € 3.954.159,72 em 2011 para € 5.386.735,83 em 2012;
- Os juros e outros encargos tiveram uma redução de 27,66%;
- As transferências correntes aumentaram relativamente ao executado em 2011 em 31,44%;
- Os subsídios (despesa relativa a encargos com Programas Ocupacionais promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional) apresentaram uma redução relativamente a 2011 de 28,88%;
- As outras despesas correntes tiveram um decréscimo de 12,21%;

Quanto às despesas de capital no seu cômputo global em 2012 sofreram um aumento relativamente ao executado em 2011, passando de € 8.705.040,31 para € 11.760.503,01, o que significa um aumento percentual de 35,10%.

As transferências de capital apresentam um decréscimo de 78,77% relativamente à despesa efetuada em 2011.

Da análise aos ativos financeiros resulta um decréscimo de 97,27%. Na gerência de 2011 procedeu-se ao pagamento de € 400.000,00 relativos ao aumento do património associativo da “Sines Tecnopólo” e em 2012 o valor executado relativo a ativos financeiros respeita a dois empréstimos concedidos no âmbito do FAME – Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Concelho de Sines.

No respeitante aos passivos financeiros verifica-se um decréscimo de 16,74% em resultado do pagamento de amortizações de capital relativas a empréstimos de médio e longo prazo bem como à amortização na totalidade do capital utilizado do empréstimo de curto prazo até 31.12.2012.

Por último, relativamente às outras despesas de capital constata-se que em 2011 os pagamentos desta natureza importam em € 21.437,16, o que significa uma redução de 89,29% relativamente à gerência de 2011.

Quadro XII – Evolução das despesas por capítulo económico

Capítulo Económico	2010	2011	2012
01. Despesas com pessoal	9.254.093,78	8.679.665,53	7.466.346,00
02. Aquisição de bens e serviços	5.418.052,62	3.954.159,72	5.386.735,83
03. Juros e outros encargos	250.990,48	363.778,39	263.162,14
04. Transferências correntes	2.131.107,82	1.346.909,31	1.770.341,01
05. Subsídios	65.956,25	144.481,38	102.751,78
06. Outras despesas correntes	208.084,12	297.606,46	261.257,24
Total Despesas Correntes	17.328.285,07	14.786.600,79	15.250.594,00
07. Aquisição de bens de capital	3.038.853,65	5.069.453,98	9.333.640,39
08. Transferências de capital	52.324,93	214.029,40	45.441,98
09. Ativos financeiros	30.000,00	400.000,00	10.911,89
10. Passivos financeiros	2.655.867,05	2.821.476,77	2.349.071,59
11. Outras despesas de capital	0,00	200.080,16	21.437,16
Total Despesas Capital	5.777.045,63	8.705.040,31	11.760.503,01
Total Despesas	23.105.330,70	23.491.641,10	27.011.097,01

- Despesa Corrente**

Relativamente às despesas correntes temos uma execução orçamental de 62,77% representando estas despesas cerca de 56,46% das despesas totais.

No exercício de 2012, os capítulos económicos onde as despesas realizadas mais se aproximam das previsões orçamentais são as despesas com pessoal (87,99%), que representam 27,64% das despesas totais e 48,96% das despesas correntes, os juros e outros encargos (60,97%) e os subsídios (65,83%).

Relativamente aos compromissos correntes assumidos no exercício económico de 2012 estes totalizam € 19.461.909,19, sendo que a 31 de Dezembro estavam por pagar € 4.211.315,19.

De salientar o capítulo económico 02. Aquisição de bens e serviços com um total de compromissos por pagar no montante de € 3.521.599,75, o que representa cerca de 83,62% do valor total dos compromissos correntes por pagar. A relevar, ainda, as transferências correntes no montante de € 395.920,63 e que representam 9,40% do total.

Para uma análise mais detalhada da despesa corrente e dos compromissos assumidos apresentam-se os quadros seguintes:

Quadro XIII – Despesas correntes por capítulo económico e compromisso do exercício

Capítulo Económico	2012				
	Orçamento (previsões corrigidas)	Despesa Paga	Peso Estrutural (correntes)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução
01. Despesas com pessoal	8.485.763,00	7.466.346,00	48,96%	27,64%	87,99%
02. Aquisição de bens e serviços	11.761.485,00	5.386.735,83	35,32%	19,94%	45,80%
03. Juros e outros encargos	431.630,00	263.162,14	1,73%	0,97%	60,97%
04. Transferências correntes	2.934.112,06	1.770.341,01	11,61%	6,55%	60,34%
05. Subsídios	156.092,00	102.751,78	0,67%	0,38%	65,83%
06. Outras despesas correntes	527.100,00	261.257,24	1,71%	0,97%	49,57%
Total de Despesas Correntes	24.296.182,06	15.250.594,00	100,00%	56,46%	62,77%

Despesa Corrente	Compromissos		
	2012	Exercícios seguintes	Por pagar a 31.12.2012
01. Despesas com o pessoal	7.621.807,82	266.106,23	155.461,84
02. Aquisição de bens e serviços	8.908.335,58	1.252.082,70	3.521.599,75
03. Juros e outros encargos	382.810,32	1.604.076,63	119.648,18
04. Transferências correntes	2.166.261,64	330.372,53	395.920,63
05. Subsídios	102.751,78	0,00	0,00
06. Outras despesas correntes	279.942,05	0,00	18.684,81
Total	19.461.909,19	3.452.638,09	4.211.315,19

- **Despesa de Capital**

Relativamente às despesas de capital verifica-se que as aquisições de bens de capital, que correspondem aos projetos e ações definidos no PPI (a pormenorizar aquando da análise das Grandes Opções do Plano – GOP'S), constituem a tipologia da despesa de capital com maior significado.

As despesas de capital, em termos globais, representam cerca de 43,54% das despesas totais realizadas e tiveram uma execução de 37%.

Fazendo uma análise das despesas de capital por capítulo económico verifica-se que:

- As aquisições de bens de capital apresentam uma execução de 35%, representam 34,55% da despesa total e 79,36% das despesas de capital;
- As transferências de capital apresentam uma execução de 17% e não têm expressão quer em termos de despesas de capital quer na despesa total;
- Os ativos financeiros apresentam uma execução de apenas 1% pois em sede de previsões iniciais, nos termos do Decreto - Lei n.º 244/2009 de 22 de Setembro, foi previsto um pagamento à Polis Litoral Sudoeste no valor de € 1 568.000,00 que não se efetivou;
- Os passivos financeiros referentes a encargos com empréstimos apresentam um nível de execução de 68% e representam 8,7% da despesa total e 19,97% das despesas de capital.
- As outras despesas de capital apresentam uma execução de 33%.

Quanto aos compromissos assumidos e relativos a despesa de capital, no exercício de 2012 estes importaram em € 16.549.413,38 dos quais ficaram por pagar e transitaram para o exercício económico seguinte € 4.788.910,37.

Destaca-se o capítulo económico 07. Aquisição de bens de capital que apresentam compromissos por pagar de € 14.044.351,81 e que representam cerca de 98,37% do montante global.

Para uma análise mais detalhada da despesa de capital e dos compromissos assumidos apresentam-se os quadros seguintes:

Quadro XIV – Despesas de Capital por capítulo económico e compromissos do exercício

Capítulo Económico	2012				
	Orçamento (previsões corrigidas)	Despesa Paga	Peso Estrutural (capital)	Peso Estrutural (total)	Taxa de Execução
07. Aquisição de bens de capital	26.479.479,00	9.333.640,39	79,36%	34,55%	35%
08. Transferências de capital	270.581,00	45.441,98	0,39%	0,17%	17%
09. Activos Financeiros	1.893.000,00	10.911,89	0,09%	0,04%	1%
10. Passivos Financeiros	3.470.910,00	2.349.071,59	19,97%	8,70%	68%
11. Outras despesas de capital	65.010,00	21.437,16	0,18%	0,08%	33%
Total de Receitas de Capital	32.178.980,00	11.760.503,01	100,00%	43,54%	37%

Despesa de Capital	Compromissos		
	2012	Exercícios seguintes	Por pagar a 31.12.2012
07. Aquisição de bens de capital	14.044.351,81	8.232.763,35	4.710.711,42
08. Transferências de capital	109.551,82	23.603,52	64.109,84
09. Activos financeiros	25.000,00	0,00	14.088,11
10. Passivos Financeiros	2.349.072,59	15.626.996,45	0,00
11. Outras despesas de capital	21.437,16	0,00	0,00
Total	16.549.413,38	23.883.363,32	4.788.910,37

	Compromissos		
	2012	Exercícios seguintes	Por pagar a 31.12.2012
Despesas Correntes	19.461.909,19	3.452.638,09	4.211.315,19
Despesas de Capital	16.549.413,38	23.883.363,32	4.788.910,37
Total	36.011.322,57	27.336.001,41	9.000.225,56

- Rácios da Estrutura da Despesa**

Quadro XV – Rácios de estrutura da despesa

Indicadores de Gestão		2010		2011		2012	
1	Receita Total	23.790.289,80	103%	22.680.106,42	97%	28.297.669,20	105%
	Despesa Total	23.105.330,70		23.491.641,10		27.011.097,01	
2	Receita corrente	20.385.458,75	118%	16.466.616,47	111%	16.028.668,22	105%
	Despesa Corrente	17.328.285,07		14.786.600,79		15.250.594,00	
3	Despesa Corrente	17.328.285,07	75%	14.786.600,79	63%	15.250.594,00	56%
	Despesa total	23.105.330,70		23.491.641,10		27.011.097,01	
4	Investimento	3.005.833,44	13%	5.069.453,98	22%	9.333.640,39	35%
	Despesa Total	23.105.330,70		23.491.641,10		27.011.097,01	
5	Fundos Municipais	4.149.778,00	18%	3.882.890,00	17%	3.681.425,00	14%
	Despesa Total	23.105.330,70		23.491.641,10		27.011.097,01	
6	Passivos financeiros	2.655.867,05	11%	2.821.476,77	12%	2.349.071,59	8%
	Receita Total	23.790.289,80		22.680.106,42		28.297.669,20	
7	Passivos financeiros	2.655.867,05	11%	2.821.476,77	12%	2.349.071,59	9%
	Despesa total	23.105.330,70		23.491.641,10		27.011.097,01	
8	Serviço da dívida	2.906.857,53	13%	3.185.255,16	14%	2.612.233,73	10%
	Despesa Total	23.105.330,70		23.491.641,10		27.011.097,01	
9	Receita corrente	20.385.458,75	88%	16.466.616,47	70%	16.028.668,22	59%
	Despesa Total	23.105.330,70		23.491.641,10		27.011.097,01	
10	Fundos Comunitários	727.508,78	24%	3.734.329,77	74%	5.027.571,96	54%
	Investimento	3.005.833,44		5.069.453,98		9.333.640,39	
11	Compromissos assumidos	31.637.789,41	137%	38.870.315,81	165%	36.011.322,57	133%
	Despesa total	23.105.330,70		23.491.641,10		27.011.097,01	
12	Compromissos assumidos	31.637.789,41	133%	38.870.315,81	171%	36.011.322,57	127%
	Receita total	23.790.289,80		22.680.106,42		28.297.669,20	

Indicador 1 – Em 2012 o saldo da gerência foi positivo, a receita total arrecadada supera a despesa realizada;

Indicador 2 – Em 2012 a receita corrente representa 105% das despesas correntes realizadas, sendo o saldo corrente positivo;

Indicador 3 – No ano de 2012 a despesa corrente representa 56% da despesa total;

Indicador 4 – Relativamente ao rácio do investimento em relação à despesa total, o investimento corresponde no ano de 2012 a 35% da despesa total paga, indicador substancialmente superior ao do ano anterior (22%);

Indicador 5 – Os fundos municipais (FEF e FSM), atribuídos conforme Mapa XIX – Transferências para os Municípios, da Lei n.º 64-B/2011, de 31 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado 2012, representam 14% da despesa total realizada no ano 2012;

Indicador 6 – Em 2012 os passivos financeiros, despesa referente aos encargos com empréstimos pagos durante a gerência, representam cerca de 8% da receita total;

Indicador 7 – Em 2012 os passivos financeiros, ou seja as amortizações de capital relativa aos empréstimos contratados, representam cerca de 9% da despesa total;

Indicador 8 – No respeitante ao serviço da dívida, indicador que consiste no somatório dos juros da dívida pública com os passivos financeiros (despesa), este representa 10% da despesa total;

Indicador 9 – Comparativamente com 2011 no ano de 2012 a receita corrente apresentou um menor significado relativamente à despesa total;

Indicador 10 – Este indicador representa a percentagem do investimento realizado (pago) financiado por fundos comunitários, o qual atingiu 54% no exercício de 2012;

Indicador 11 – Os compromissos assumidos, quer para o exercício de 2012 quer para exercícios futuros, relativamente à despesa total realizada em 2012 têm um peso de 133%;

Indicador 12 – No respeitante à receita total, na gerência de 2012 os compromissos assumidos tem um peso de 127% na receita total.

2. Análise das Grandes Opções do Plano – GOP

- **Execução das GOP³**

Em conformidade com o ponto 2.3. do POCAL os documentos previsionais a apresentar pelas autarquias locais são as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Anual. Portanto, para além da análise da execução orçamental ao nível da despesa e da receita importa também fazer uma análise à execução destes documentos previsionais.

Nas GOP são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico e estas incluem designadamente as Atividades Mais Relevantes (AMR's) e o Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Nas AMR's são evidenciadas as atividades, de carácter corrente, a desenvolver num exercício económico ao passo que no PPI são incluídos os projetos e ações que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos, num horizonte móvel de 4 anos.

Relativamente às AMR's do financiamento total definido para o ano de 2012 (€ 4.693.393,00), a 31 de Dezembro estavam comprometidos € 3.518.428,131 dos quais estavam pagos € 2.868.875,12.

Quadro XVI – Atividades Mais Relevantes – Execução Anual

Designação	Orçamento (Previsões corrigidas)	Comprometido	Realizado	Pago	Por Pagar
Funções Gerais					
Serviços Gerais da Adm. Pública	1.569.756,00	1.208.014,87	1.100.384,57	979.988,06	120.396,51
Segurança e Ordem Públicas	161.755,00	60.750,09	60.750,09	21.000,00	39.750,09
Funções Sociais					
Educação	334.303,00	206.284,25	203.211,57	179.607,29	23.604,28
Segurança e Ações Sociais	136.842,00	127.754,35	125.827,35	115.450,50	10.376,85
Habituação e Serviços Coletivos	76.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Culturais, Rec. e Religiosos	2.044.904,00	1.647.248,75	1.574.184,23	1.412.459,37	161.724,86
Funções Económicas					
Comércio e Turismo	369.233,00	268.375,82	233.965,62	160.369,90	73.595,72
Total	4.693.393,00	3.518.428,13	3.298.323,43	2.868.875,12	429.448,31

³ Esta análise tem por base os mapas relativos à “ Execução Anual das Atividades mais Relevantes” ponto de ordem n.º 12 e “Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos” ponto de ordem n.º 11, que constam do Volume II da Prestação de Contas

No que concerne ao PPI relativamente ao valor orçamentado (€ 26.479.479,00) foram comprometidos € 14.044.351,81, ou seja 53,04%. Do valor comprometido estão realizados/ faturados cerca de € 10.884.825,28 dos quais estão pagos 9.358.201,69.

Quadro XVII – Plano Plurianual de Investimentos

Designação	Orçamento (Previsões corrigidas)	Comprometido	Realizado	Pago	Por Pagar
Funções Gerais					
Serviços Gerais da Adm. Pública	2.644.925,00	1.503.505,38	1.085.596,15	891.144,27	194.451,88
Funções Sociais					
Educação	2.244.262,00	1.665.368,98	1.499.213,47	1.383.429,75	115.783,72
Segurança e Ações Sociais	115.000,00	9.717,01	7.900,01	7.900,01	0,00
Habitação e Serviços Coletivos	12.018.313,00	5.872.679,87	4.452.156,65	3.766.130,85	686.025,80
Serviços Culturais, Rec. e Religiosos	4.118.439,00	1.984.460,93	1.738.362,77	1.382.711,54	355.651,23
Funções Económicas					
Indústria e Energia	1.445.219,00	515.578,69	401.279,65	366.047,01	35.232,64
Transportes e Comunicações	3.843.321,00	2.493.040,95	1.700.316,58	1.560.838,26	139.478,32
Comércio e Turismo	50.000,00				
Total	26.479.479,00	14.044.351,81	10.884.825,28	9.358.201,69	1.526.623,59

3. Análise Patrimonial

3.1. Componente Económica⁴

- **Custos**

As contas patrimoniais da classe 6 – Custos e Perdas refletem todos os custos e perdas que a autarquia suporta no decorrer da sua atividade, representando assim as diminuições da situação líquida e desdobram-se em custos operacionais (atividade corrente), custos financeiros (operações financeiras) e custos de natureza excecional (extraordinária).

No que respeita ao exercício económico de 2012, o total dos custos e perdas importam em € 21.085.899,00.

Os custos operacionais representam 82,73% do total dos custos e perdas, com destaque para os custos com o pessoal⁵ (36,03%) e fornecimentos e serviços externos (22,05%).

⁴ A análise aqui apresentada tem por base a “Demonstração de Resultados” ponto de ordem n.º 4, que é parte integrante da Prestação de Contas – Volume II

As amortizações do exercício também assumem um peso significativo (10,88%).

Os custos financeiros (juros empréstimos bancários, juros de locação financeira, serviços bancários e outros juros) têm uma importância de 1,99% no cômputo geral dos custos e perdas do exercício e os custos extraordinários (transferências de capital⁶ concedidas, abates de imobilizado e correções relativas a anos anteriores) representam 15,28%.

Quadro XVIII – Análise de Custos

Contas da Demonstração de Resultados	Montante	%
Custas e Perdas		
Custos e Perdas Operacionais		
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	573.364,92 €	2,72%
Fornecimentos e serviços externos	4.649.008,07 €	22,05%
Transferências e subsídios correntes concedidos	1.784.355,13 €	8,46%
Custos com o pessoal	7.598.148,05 €	36,03%
Amortizações do exercício	2.293.924,88 €	10,88%
Provisões do exercício	544.818,00 €	2,58%
Outros custos e perdas operacionais	0,00 €	0,00%
Total de Custos e Perdas Operacionais	17.443.619,05 €	82,73%
Total de Custos e Perdas Financeiras	419.508,78 €	1,99%
Total de Custos e Perdas Extraordinárias	3.222.771,17 €	15,28%
Total de Custos e Perdas	21.085.899,00 €	100,00%

- **Proveitos**

Nas contas de proveitos registam-se todos os proveitos e ganhos que a entidade obtém na sua atividade, representando assim os aumentos da situação líquida decorrentes da atividade da autarquia.

Na gerência de 2012, os proveitos e ganhos totalizaram o montante de € 21.915.009,18. Os proveitos operacionais, os quais resultam da atividade corrente da autarquia, representam 78,34% do montante total dos proveitos. Relativamente aos proveitos e ganhos financeiros (juros obtidos, ganhos em

⁵ O valor dos custos com pessoal não é comparável com o valor relativo à execução orçamental pois inclui movimentos relativos à especialização do exercício.

⁶ Em conformidade com as disposições do POCAL as transferências de capital concedidas são consideradas como “custos e perdas extraordinárias”.

entidades participadas, rendimentos de imóveis etc.) estes têm pouco significado, pois representam apenas 3,13% dos proveitos totais.

Quadro XIX – Análise de Proveitos

Contas da Demonstração de Resultados	Montante	%
Proveitos e Ganhos		
Proveitos e Ganhos Operacionais		
Vendas e prestação de Serviços	3.233.586,99 €	14,76%
Impostos e taxas	6.500.145,30 €	29,66%
Proveitos Suplementares	19.511,49 €	0,09%
Transferências e subsídios obtidos	7.414.886,84 €	33,83%
Total de Proveitos e Ganhos Operacionais	17.168.130,62 €	78,34%
Total de Proveitos e Ganhos Financeiros	684.911,33 €	3,13%
Total de Proveitos e Ganhos Extraordinários	4.061.967,23 €	18,54%
Total de Proveitos e Ganhos	21.915.009,18 €	100,00%

- Resultados**

Pela análise aos resultados operacionais, constata-se que os proveitos operacionais não foram suficientes para comportar a despesa da mesma natureza, ou seja os proveitos resultantes da atividade corrente não comportaram os custos correntes, sendo o resultado operacional negativo no valor de € - 275.488,43.

Os resultados financeiros apresentam um montante positivo no valor de € 265.402,55.

Os resultados correntes resultam da soma entre os resultados operacionais e os resultados financeiros e no exercício económico de 2012 totalizaram € - 10.085,88.

Os resultados extraordinários são positivos no valor de € 839.196,06.

Pelo somatório entre os resultados correntes e os resultados extraordinários obtemos o resultado líquido do exercício, através do qual é possível avaliar a performance económico-financeira da entidade.

Em 2012 o resultado líquido do exercício (RLE) apurado foi de € 829.110,18, dado que o RLE é positivo 5% do resultado transitado será para constituição de um reforço da conta 571 Reserva Legais no valor de € 41.455,56.

Quadro XX – Análise de Resultados

Contas da Demonstração de Resultados	Montante
Resultados Operacionais	
Proveitos Operacionais – Custos Operacionais	-275.488,43 €
Resultados Financeiros	
Proveitos Financeiros – Custos Financeiros	265.402,55 €
Resultados Correntes	
Resultados Operacionais + Resultados Financeiros	-10.085,88 €
Resultados Extraordinários	
Proveitos Extraordinários – Custos Extraordinários	839.196,06 €
Resultado Líquido do Exercício	
Resultados Correntes + Resultados Extraordinários	829.110,18 €

- Evolução da Demonstração de Resultados**

Quadro XXI – Evolução da Demonstração de Resultados – Custos e Perdas

Contas da Demonstração de Resultados	2010		2011		2012	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
CUSTOS E PERDAS						
Custos e Perdas Operacionais						
Custos das mercadorias vend. e das matérias consum.	328.906,36 €	1,57%	289.055,61 €	1,45%	573.364,92 €	2,72%
Fornecimentos e serviços externos	4.653.711,78 €	22,25%	5.274.702,66 €	26,39%	4.649.008,07 €	22,05%
Transferências e subsídios correntes concedidos	1.866.389,61 €	8,92%	1.684.477,24 €	8,43%	1.784.355,13 €	8,46%
Custos com o pessoal	9.256.942,36 €	44,26%	8.785.126,45 €	43,95%	7.598.148,05 €	36,03%
Amortizações do exercício	2.223.424,53 €	10,63%	2.362.794,27 €	11,82%	2.293.924,88 €	10,88%
Provisões do exercício	1.680.900,95 €	8,04%	67.700,40 €	0,34%	544.818,00 €	2,58%
Outros custos e perdas operacionais	62,15 €	0,00%	73,98 €	0,00%	- €	0,00%
Total de Custos e Perdas Operacionais	20.010.337,74 €	95,68%	18.463.930,61 €	92,36%	17.443.619,05 €	82,73%
Total de Custos e Perdas Financeiras	252.672,67 €	1,21%	744.772,13 €	3,73%	419.508,78 €	1,99%
Total de Custos e Perdas Extraordinárias	650.580,71 €	3,11%	782.268,92 €	3,91%	3.222.771,17 €	15,28%
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	20.913.591,12 €	100,00%	19.990.971,66 €	100,00%	21.085.899,00 €	100,00%

Os custos e perdas operacionais sofreram entre 2011 e 2012 um decréscimo do seu peso relativo no total dos custos e perdas. Em termos absolutos na gerência de 2012 sofreram um decréscimo de - € 1.020.311,56 face a 2011.

Face a 2011, os custos e perdas financeiras tiveram na gerência de 2012 um decréscimo de - € 325.263,35. Os custos e perdas extraordinárias relativamente a 2011 aumentaram cerca de € 2.440.502,25.

Quadro XXII – Evolução da Demonstração de Resultados – Proveitos e Ganhos

Contas da Demonstração de Resultados	2010		2011		2012	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
PROVEITOS E GANHOS						
Proveitos e Ganhos Operacionais						
Vendas e prestação de Serviços	3.086.099,40	12,52%	3.349.758,60	17,57%	3.233.586,99	14,76%
Impostos e taxas	10.582.711,52	42,93%	6.448.981,47	33,84%	6.500.145,30	29,66%
Proveitos Suplementares			47.839,90	0,25%	19.511,49	0,09%
Transferências e subsídios obtidos	6.633.680,36	26,91%	7.049.397,04	36,99%	7.414.886,84	33,83%
Total de Proveitos e Ganhos Operacionais	20.302.491,28	82,36%	16.895.977,01	88,65%	17.168.130,62	78,34%
Total de Proveitos e Ganhos Financeiros	543.460,25	2,20%	664.126,23	3,48%	684.911,33	3,13%
Total de Proveitos e Ganhos Extraordinários	3.805.466,25	15,44%	1.499.952,34	7,87%	4.061.967,23	18,54%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	24.651.417,78	100,00%	19.060.055,58	100,00%	21.915.009,18	100,00%

No que respeita aos proveitos e ganhos na gerência de 2012, e face ao ano de 2011 verifica-se um acréscimo de € 2.854.953,60.

Este aumento é mais acentuado nos proveitos e ganhos extraordinários, onde se verificou o maior aumento cerca de € 2.562.014,89, mais 10,67% face ao ano anterior.

Relativamente ao resultado líquido do exercício na gerência de 2012 foi positivo no montante de € 829.110,18.

Analisando o triénio 2010 a 2012, com base na informação dos quadros supra, verificou-se que o resultado líquido do exercício (RLE) em 2010 foi positivo no valor de € 3.737.826,66, em 2011 RLE consubstanciou-se em - € 930.916,08, sendo que houve uma diminuição nos proveitos e ganhos mais concretamente nos Impostos e Taxas cobrados pelo Município - € 4.133.730,05 face ao ano de 2010. No ano de 2012 verificou-se que RLE de € 829.110,18, face ao ano de 2011 houve um aumento bastante significativo de 212,28%.

Quadro XXIII – Evolução da Demonstração de Resultados – resultados

	2010	2011	2012
Resultados Operacionais			
Proveitos Operacionais - Custos Operacionais	292.153,54 €	- 1.567.953,60 €	-275.488,43 €
Resultados Financeiros			
Proveitos Financeiros - Custos Financeiros	290.787,58 €	-80.645,90 €	265.402,55 €
Resultados Correntes			
Resultados Operacionais + Resultados Financeiros	582.941,12 €	-1.648.599,50 €	-10.085,88 €
Resultados Extraordinários			
Proveitos Extraordinários - Custos Extraordinários	3.154.885,54 €	717.682,42 €	839.196,06 €
Resultado Líquido do Exercício			
Resultados Correntes + Resultados Extraordinários	3.737.826,66 €	-930.916,08 €	829.110,18€

3.2. Componente Financeira⁷

A análise do Ativo, Fundos Próprios e Passivo apresentada nesta sede é muito sucinta sendo mais aprofundada nos “Anexos às Demonstrações Financeiras” cf. ponto 8.2 do POCAL, que são parte integrante da Prestação de Contas – Volume II, n.º de ordem n.º 16

- **Ativo**

No exercício económico de 2012 verifica-se um acréscimo do ativo líquido de 17% face ao ano de 2011.

No que se refere ao imobilizado, comparativamente com 2011, destaca-se o aumento de 34% verificado nos Bens de Domínio Público, bem como o aumento de 14% nas Imobilizações Incorpóreas. Relativamente ao ativo circulante há a salientar um aumento de 225% Depósitos em Instituições financeiras e caixa e uma redução de 14% nos Acréscimos e Diferimentos.

Quadro XXIV – Ativo Líquido

ACTIVO LÍQUIDO	2010	2011	2012
IMOBILIZADO			
Bens de Domínio Público	24.938.454,79 €	28.060.993,98€	37.601.394,57
Imobilizações Incorpóreas	987.172,10 €	1.374.213,90 €	1.571.839,42
Imobilizações Corpóreas	53.107.865,14 €	56.335.037,06 €	60.538.059,60
Investimentos Financeiros	1.916.990,89 €	3.838.436,20 €	3.612.848,90
CIRCULANTE			
Existências	510.513,48 €	545.786,60 €	528.748,59
Dívidas de terceiros - Curto prazo	2.500.623,29 €	3.028.537,63 €	3.866.843,56
Depósitos em Inst. financeiras e caixa	1.374.816,94 €	587.396,00 €	1.907.282,67
Acréscimos e diferimentos	381.633,22 €	298.667,31 €	256.818,22
Total	85.718.069,85 €	94.089.068,68	109.882.835,53

- **Fundos Próprios**

Em termos globais analisado o quadro infra constatamos que o valor de Fundos Próprios tem vindo a aumentar desde o ano de 2010, registado o seu maior aumento entre 2011 e 2012 cerca de 27,96%. Como foi referido anteriormente em 2012 o resultado líquido do exercício é positivo.

⁷ A análise aqui apresentada tem por base o “Balanco” ponto de ordem n.º 3, apresentado no Volume II da Prestação de Contas

Quadro XXV – Fundos Próprios

FUNDOS PRÓPRIOS	2010	2011	2012
Património	27.988.803,30 €	27.988.803,30 €	27.988.803,30 €
Ajustamento de partes de capital em empresas	-299.938,82 €	1.363.015,26 €	1.143.438,74 €
Reservas	8.440.556,65 €	9.953.272,46 €	21.770.685,12 €
Resultados Transitados	2.671.425,32 €	6.948.714,84 €	6.261.057,92 €
Resultado Líquido do Exercício	3.737.826,66 €	-930.916,08 €	829.110,18 €
Total	42.538.673,11 €	45.322.889,78 €	57.993.095,26 €

- **Passivo**

Da análise ao passivo constata-se que em 2007 foi constituída uma provisão para riscos e encargos no valor de € 1.222.707,34 relativas a dívidas à ADSE a qual se mantêm nos anos de 2009 a 2012.

Em 2010 este valor foi reforçado pela constituição de provisão para processos judiciais em curso referentes aos valores em dívida às Águas de Santo André S.A. e à Sisáqua, Lda. Relativamente em 2012, mantiveram-se as provisões referente às entidades Águas de Santo André e Sisáqua, bem como foram constituídas novas para Parque & Jardins, Sobreconstruções CVP, Lda, e Terbal- Terraplanagem Barragens e Lav.

As dívidas a terceiros a médio e longo prazo consubstanciam-se em € 12.382.709,12 e respeitam a capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo.

As dívidas a terceiros de curto prazo tiveram uma diminuição de 16,20% e comportam € 10.363.165,87 relativos a valores em dívida a fornecedores c/c, fornecedores de imobilizado c/c, Fornecedores – faturas em receção e conferência, Estado, administração autárquica e outros credores⁸.

Em termos globais o passivo sofreu um acréscimo de 6,41%.

⁸ Em complemento da informação aqui explanada poderá ser consultado o ponto 3.2.5 Endividamento

Quadro XXVI - Passivo

PASSIVO	2010	2011	2012
Provisões para riscos e encargos	2.826.666,38 €	2.826.666,38 €	3.254.993,15 €
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	15.956.602,49 €	14.031.780,71 €	12.382.709,12 €
Dívidas a terceiros - curto prazo	7.705.452,17 €	12.366.807,35 €	10.363.165,87 €
Acréscimos e diferimentos	16.690.675,70 €	19.540.954,46 €	25.888.872,13 €
Total	43.179.396,74 €	48.766.208,90 €	51.889.740,27 €

- Indicadores e Rácios Patrimoniais**

Para análise da situação financeira da CMS recorre-se ainda a um conjunto de instrumentos analíticos (indicadores/ rácios) os quais se revestem de extrema importância para a gestão. Assim, apresentam-se de seguida alguns indicadores de gestão municipal os quais tem por base o Balanço e a Demonstração de Resultados.

Quadro XXVII – Rácios Patrimoniais

		2010	2011	2012
1	Ativo Circulante Bruto	5.588.754,90	5.302.939,55	7.411.957,23
	Passivo Circulante	7.705.452,17	12.366.807,35	10.363.165,87
	Grau de Liquidez Geral	73%	43%	72%
2	Disponibilidades	1.374.816,94	587.396,00	1.907.282,67
	Passivo Circulante	7.705.452,17	12.366.807,35	10.363.165,87
	Liquidez Imediata	18%	5%	18%
3	Fundos Próprios	42.538.673,11	45.322.859,78	57.993.095,26
	Passivo (total)	43.179.396,67	48.766.208,90	51.889.740,27
	Solvabilidade	99%	93%	112%
4	Fundos Próprios	42.538.673,11	45.322.859,78	57.993.095,26
	Ativo Líquido (total)	85.718.069,85	94.089.068,68	109.882.835,53
	Autonomia Financeira	50%	48%	53%
5	Resultado Líquido do Exercício	3.737.826,66	-930.916,08	829.110,18
	Ativo Líquido (total)	85.718.069,85	94.089.068,68	109.882.835,53
	Rentabilidade do Ativo Líquido	4%	-0,99%	0,75%

Indicador 1 - Com o Grau de Liquidez Geral pretende-se medir a liquidez, ou seja a capacidade de o Município cumprir os seus compromissos de curto prazo à medida que estes se vão vencendo. Revela-nos a solvência a curto prazo demonstrando em que medida o passivo de curto prazo está coberto pelos ativos que se espera vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos num período supostamente correspondente ao vencimento das dívidas de curto prazo. Do triénio em análise verifica-se que entre os anos de 2010 e 2011 houve um decréscimo na capacidade do Município em cumprir os prazos de pagamentos, mas em 2012 o Município se equiparou ao ano de 2010 apresentando um Grau de Liquidez Geral de 72%, mais 29% face ao ano anterior recuperando assim a sua capacidade de cumprir os pagamentos.

Indicador 2 – A liquidez imediata cinge-se apenas às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo, e permite avaliar o grau de cobertura do passivo circulante (obrigações a pagar no prazo de um ano) por disponibilidades. Constata-se que entre o ano de 2011 e 2012 a liquidez imediata sofreu um aumento de 13%, sendo que as disponibilidades representam 18% do passivo de curto prazo;

Indicador 3 – Através da análise à solvabilidade verifica-se a proporção relativa dos ativos do Município financiados por capitais próprios versus financiados por capitais alheios. Quanto mais elevado for este rácio maior a estabilidade financeira da entidade. Do triénio em análise o rácio da solvabilidade registou o seu valor mais alto em 2012 cerca de 112%, existindo assim um aumento de 19% face ao ano anterior;

Indicador 4 – Pela autonomia financeira analisa-se em que percentagem é que o ativo da entidade se encontra a ser financiado por capitais próprios. Fazendo a análise do triénio verifica-se que a autonomia financeira tem sofrido pequenas oscilações, com um ligeiro decréscimo entre 2010 e 2011 que passou de 50% para 48% respetivamente, em 2012 não só conseguimos recuperar o decréscimo verificado entre 2010/2011, bem como conseguimos aumentar mais 3%, sendo o rácio de autonomia financeira de 53%;

Indicador 5 – Este indicador traduz o grau de remuneração do investimento total e permite aferir a eficiência da utilização dos recursos patrimoniais bem como da relação entre custos e proveitos, face aos ativos afetos ao exercício. Em 2012 a rentabilidade do ativo líquido é positiva (0,75%) decorrente do resultado líquido do exercício positivo, houve um aumento substancial mais 176,26% face ao ano anterior.

4. Endividamento⁹

- **Endividamento de curto prazo**

No que concerne ao endividamento de curto prazo, referente a um período temporal inferior ou igual a um ano, verificou-se na gerência de 2012 um decréscimo da dívida desta natureza em 16%, passando – se de um montante global de € 12.366.807,05 para € 10.363.165,96.

A dívida relativa a locação financeira apresenta um decréscimo de 22%. A salientar que em 2012 não foi celebrado nenhum contrato de locação financeira.

Quadro XXVIII - Endividamento de Curto Prazo

Designação	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2012	Varição 2012/2011
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0%
Fornecedores, c/c	2.126.530,62	3.296.255,78	2.952.248,02	- 13%
Fornecedores, faturas e receção e conferência	323.563,75	1.058.464,09	858.938,85	- 11%
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00	60.500,00	0,00	-100%
Fornecedores de imobilizado, c/c	1.965.291,54	3.344.205,90	2.071.801,45	- 38%
Estado	190.111,89	168.025,18	144.377,28	- 14%
Administração Autárquica	308.264,54	407.834,74	403.582,08	-1%
Outros credores	705.998,91	1.001.966,59	1.110.644,92	11%
Fornecedores de imobilizado, faturas em recepção	12.250,97	125.070,73	195.965,02	57%
Fornecedores c/c – Sociedades de Fatoring	132.582,03	1.001.407,69	796.700,13	-20%
Fornecedores de imobilizado c/c – Soc. Factoring	372.857,92	0,00	0,00	0%
Credores por subscrições não liberadas	1.568.000,00	1.568.000,00	1.568.000,00	0%
Locação Financeira	403.675,36	335.076,35	260.908,21	-22%
Total	8.109.127,53	12.366.807,05	10.363.165,96	-16%

⁹ A análise ao endividamento municipal é sustentada nos dados do Balanço, o qual é parte integrante da Prestação de Contas – Volume II

- **Endividamento de Médio e longo prazo**

Relativamente ao endividamento de médio e longo prazo, e em termos globais, durante a gerência de 2012 este tipo de dívida diminuiu 12%, derivado do pagamento de amortizações de capital dos empréstimos de médio e longo prazo.

Quadro XXIX - Endividamento de Médio e Longo Prazo

Designação	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2012	Varição 2012/2011
Empréstimos CMS	15.956.602,49	14.031.780,71	12.382.709,12	-12%
Total	15.956.602,49	14.031.780,71	12.382.709,12	-12%

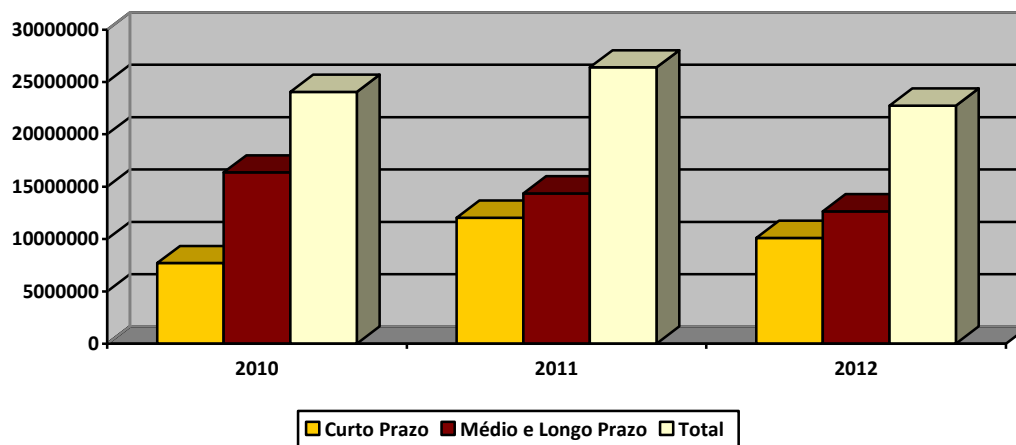
- **Endividamento global**

Analisando o endividamento numa perspetiva global verifica-se que entre a gerência de 2011 e a gerência de 2012 houve um decréscimo de 14%, o que em termos absolutos implica uma redução de € 3.652.712,77.

Quadro XXX - Endividamento Total

Designação	2010	2011	2012	Varição 2012/2011
Curto prazo	8.109.127,53	12.366.807,05	10.363.165,96	-16%
Médio e longo prazo	15.956.602,49	14.031.780,71	12.382.709,12	-12%
Total	24.065.730,02	26.398.587,76	22.745.874,99	-14%

Gráfico III – Evolução do endividamento global



- Rácios de Endividamento**

Para uma análise mais detalhada do endividamento apresenta-se o quadro abaixo onde são apresentados um conjunto de rácios:

Quadro XXXI – Rácios de Endividamento

		2011		2012	
Endividamento	Passivo	48.766.208,90	52%	51.889.740,27	47%
	Ativo Líquido	94.089.068,68		109.882.835,53	
Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	14.031.780,71	15%	12.382.709,12	11%
	Ativo Líquido	94.089.068,68		109.882.835,53	
Endividamento de CP	Dívidas de Curto prazo	12.366.807,35	13%	10.363.165,87	9%
	Ativo Líquido	94.089.068,68		109.882.835,53	
Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de CP	-	0%	-	0%
	Passivo	48.766.208,90		51.889.740,27	
Estrutura do Endividamento MLP	Dívidas de MLP	14.031.780,71	29%	12.382.709,12	24%
	Passivo	48.766.208,90		51.889.740,27	
Estrutura do Endividamento CP	Dívidas de Curto Prazo	12.366.807,35	25%	10.363.165,87	20%
	Passivo	48.766.208,90		51.889.740,27	

Passivo = Provisões p/ riscos e encargos + Dívidas a 3.º de MLP + Dívidas a 3.º de CP + Acréscimos e Diferimentos

O total do passivo representa 47% do ativo líquido, sendo que o endividamento de médio e longo prazo é mais representativo (11%) que o endividamento de curto prazo (9%). As dívidas de médio e longo prazo têm um peso no passivo na ordem dos 24%, sendo que as dívidas de curto prazo são menos relevantes pois representam 20% do total do passivo.

Após análise ao ano de 2012, verifica-se que todos os Rácios de Endividamento apresentam diminuições que rondam aproximadamente 5 a 4% face ao ano de 2011.

- **Limites de Endividamento¹⁰**

Considerando o disposto nos artigos 36.º, 37.º e 39.º da Lei das Finanças Locais o endividamento líquido Municipal é equivalente à diferença entre a somas dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros. Para efeitos de cálculo do limite de endividamento líquido e dos limites de empréstimos contraídos o conceito de endividamento líquido total de cada município inclui o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios proporcionais à participação de cada município no seu capital social bem como o endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o sector empresarial local (SEL), proporcional à participação do Município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do SEL.

Assim, o montante de endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode ser superior ao verificado em 31 de Dezembro do ano anterior, conforme disposto no n.º 1 do art.º 66 da Lei n.º 64-B/2011 de 30-12-2011. Com base na informação disponibilizada na plataforma da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) os limites de endividamento de médio e longo prazo e líquido municipal ao abrigo do artigo 66 do Orçamento do Estado para 2012 para Câmara Municipal de Sines estão fixados em € 12.218.851,00 e € 10.251.695,00 respetivamente.

Assim, por aplicação do que vem determinado na LFL para o ano de 2012 os limites de endividamento são os que constam do quadro abaixo:

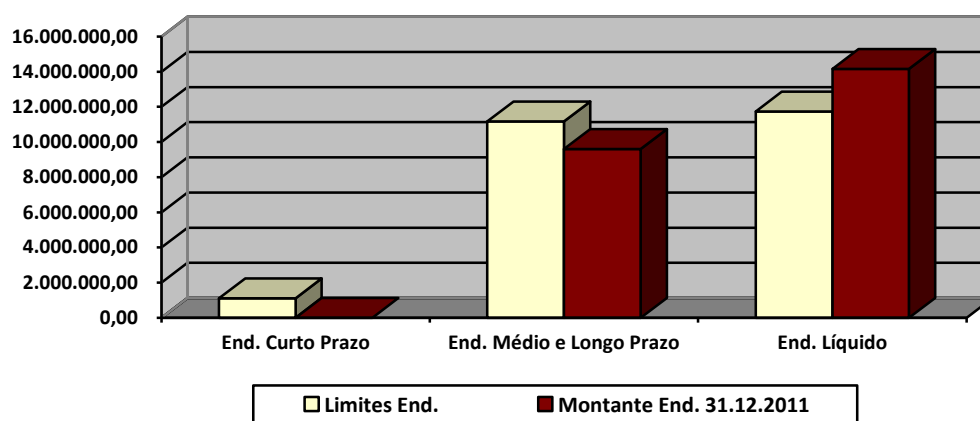
¹⁰ Em conformidade com a aplicação SIAL da Direção – Geral das Autarquias Locais e de acordo com o que determina o artigo 50.º da Lei das Finanças Locais.

Quadro XXXII – Limites de Endividamento

	Limites de endividamento 2012	Montante de Endividamento a 31.12.2012	Situação face aos limites	
Endividamento de curto prazo	915.356,39	0,00	- 915.356,39	Margem
Endividamento de Médio e Longo Prazo	10.251.695,00	8.127.242,35	- 2.124.452,65	Margem
Endividamento Líquido	12.218.851,00	8.551.992,52	- 3.666.858,48	Margem

Verifica-se assim que, a 31.12.2012 a CMS dispunha de margem de endividamento de curto prazo e de médio e longo prazo. O limite de endividamento líquido apurado tem uma margem de € 3.666.858,48 (nos termos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro).

Gráfico IV – Limites de Endividamento



- **Prazo Médio de Pagamento**

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º34/2008 (publicada no DR n.º 38, 1ª série, de 22 de Fevereiro), é definido como indicador o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) registado no final de cada trimestre, visando-se a redução dos prazos de pagamento de bens e serviços praticados por entidades públicas.

Assim, da aplicação do indicador anteriormente definido, obteve-se um PMP referente ao ano de 2012, de 134 dias.

1. Fundo Social Municipal

De acordo com a Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2012, aprovada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, o montante do Fundo Social Municipal (FSM) a repartir pelos Municípios em 2012, destina-se apenas e exclusivamente a financiar as despesas inerentes ao exercício das suas competências domínio da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

No ano de 2012, o montante global do FSM a distribuir por todos os municípios foi estabelecido pela respectiva LOE em € 140.561.886, este valor representa um decréscimo face ao ano anterior.

Conforme o mapa XIX do Orçamento de Estado 2012, relativamente ao FSM este município recebeu em 2012 o montante de € 232.717,00, os quais se distribuíram da seguinte forma:

- 29,5% na razão direta do número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar público e,
- 70,5% na razão direta do número de jovens que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico público.

Assim, temos que para o ensino pré-escolar foram destinados € 68.651,52 e para o 1.º ciclo € 164.065,48.

Quadro XXXIV – Fundo Social Municipal – OE 2012

FSM 2012	Orçamento de Estado 2012	
	Receita Total	Receita Trimestral
Pré - escolar	68.651,52 €	17.162,88 €
Ensino Básico	164.065,48 €	41.016,37 €
	232.717,00 €	58.179,25 €

2. Evolução da Dívida de Terceiros

A Câmara Municipal para a satisfação das necessidades dos munícipes fornece-lhes um conjunto de bens e serviços mediante o pagamento de um determinado valor. Contudo nem sempre esse pagamento é atempado, ou seja verifica-se o fornecimento do bem ou a prestação do serviço sem que se receba de imediato a correspondente contrapartida monetária.¹¹

No final da gerência de 2012 o município tinha por receber de terceiros um montante total de € 3.577.077,18.

Comparativamente com os anos anteriores verifica-se um acréscimo em relação a 2011 de 18,47%. Os elementos apresentados têm suporte nos balancetes dos referidos anos económicos, sendo de ressaltar que esta informação tem a sua base nos registos documentais existentes nos diversos serviços municipais.

Quadro XXXVI – Dívidas de terceiros

	2010	2011	2012
Cientes c/c	626.353,53 €	603.620,85 €	493.168,51 €
Contribuintes c/c	211.254,58 €	248.426,15 €	294.696,98 €
Utentes c/c	475.135,19 €	777.784,41 €	952.742,62 €
Devedores de Transferências para as autarquias	1.186.533,99 €	1.389.657,72 €	1.836.469,07 €
Total	2.499.277,29 €	3.019.489,13	3.577.077,18 €

¹¹ Em termos contabilísticos os valores a receber de terceiros estão repartidos entre “Clientes c/c”, “Contribuintes c/c” e “utentes c/c”. Consideram-se como clientes todos os compradores de bens produzidos ou adquiridos para venda. Os contribuintes são todos os devedores de impostos ou taxas a pagar à autarquia, e por último, como utentes todos os utilizadores dos serviços autárquicos. No final de cada exercício económico são criadas provisões de cobranças duvidosas, sendo que nos termos do POCAL, consideram-se de cobrança duvidosa dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Parte V - Conclusão

1. Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

De acordo com o estabelecido em sede de POCAL, no início de cada exercício, o Resultado Líquido do Exercício do ano transacto é transferido para a conta 59 “Resultados Transitados”.

Tendo em consideração que o resultado líquido apurado no exercício em análise é de € 829.110,18, 5% do resultado transitado será para constituição de um reforço da conta 571 “Reservas Legais”, no valor de € 41.455,56.

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

2.1. Regulamento dos Serviços da Câmara Municipal de Sines e respetivo Organograma

A entrada em vigor da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004 de 15 de janeiro, alterada pelas Leis nºs 51/2005 de 30 agosto, 64-A/2008 de 31 de dezembro, 3-B/2010 de 28 abril e 64/2001 de 22 de dezembro, que aprova ao estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, vem obrigar a nova alteração da estrutura hierárquica da autarquia, de forma a adequar a referida estrutura orgânica aos limites estabelecidos por este diploma.

Desta forma, procedeu-se às devidas alterações de acordo com o disposto legalmente, entrando em vigor o novo Regulamento de Serviços da Câmara Municipal bem como o Organograma a 10 de janeiro de 2013 (Despacho nº 564/2013 de 9 de janeiro de 2013).

2.2. Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Face às dificuldades apresentadas pelos Municípios relativamente à aplicação dos normativos infra referidos foi celebrado um Memorando de Acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que previu a criação de uma linha de crédito para os Municípios Portugueses, tendo por objetivo a revitalização das economias locais através dos pagamentos a fornecedores, e facilitar a regularização do pagamento das dívidas vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de março de 2012.

Desta forma, foi apresentada pelo Município de Sines candidatura ao Programa II, tendo esta obtido decisão favorável da Comissão de Análise, ocorrendo a assinatura do contrato a 16 de novembro de 2012 e tendo sido obtido o respetivo visto do Tribunal de Contas a 13 de fevereiro do corrente.

2.3. Sistema de Faturação e Comunicação à Autoridade Tributária

Tendo por base a Lei nº 60- B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, foi publicada a 24 de agosto de 2012 a seguinte legislação que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2013:

- Decreto-lei nº 197/2012, introduz alterações no Código do IVA (Imposto Valor Acrescentado), no Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias e alguma legislação complementar, transpondo o artigo 4.º da Diretiva n.º 2008/8/CE, do Conselho, de 12 de fevereiro, em matéria de localização das prestações de serviços, e a Diretiva n.º 2010/45/UE, do Conselho, de 13 de julho, em matéria de faturação, dando execução às autorizações legislativas constantes do artigo 128.º da Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro e Decreto-lei nº 198/2012;
- Decreto-Lei nº 198/2012, estabelece medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal, define a forma da sua comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e cria um incentivo de natureza fiscal à exigência daqueles documentos por adquirentes pessoas singulares.

Atendendo ao disposto na legislação referida, o Município de Sines procedeu à aquisição do respetiva aplicação informática que permita gerar o ficheiro, não estando à data o sistema a funcionar para todos os serviços emissores, aguardando-se instalação por parte da nossa *software house* dar resposta aos pedidos, estando apenas a ser remetido mensalmente o ficheiro que se refere à faturação de água.

2.4. Contrato de Empréstimo de Curto Prazo 2013

Em conformidade com a Lei das Finanças Locais, os municípios para fazer face a dificuldades de tesouraria podem recorrer à contratação de empréstimos de curto prazo e o valor a contratar não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

Em conformidade com a alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro compete ao órgão deliberativo a aprovação ou autorização da contratação de empréstimos e relativamente ao empréstimo de curto prazo, e de acordo com o regime de crédito dos municípios previsto no artigo 38.º da LFL, a aprovação de empréstimos de curto prazo pode ser deliberada pela Assembleia Municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento.

Assim, quando o Órgão Deliberativo aprovou a 19.12.2012 o Orçamento Municipal do exercício de 2013 aprovou também a contratação do empréstimo de curto prazo para este ano.

Em janeiro de 2013 foi lançado procedimento para a contratação de empréstimo de curto prazo até ao montante de € 900.000,00, tendo sido este adjudicado à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Azul a 04.04.2013.